

## UMA ANÁLISE DO PROCESSO MIGRATÓRIO EM RORAIMA, SOB O ASPECTO DA LINGUAGEM COMO TRAÇO IDENTITÁRIO, NO CONTEXTO AMAZÔNICO

*Para começar...*

Há, ainda, certo desconhecimento geográfico quando se trata da região Norte – exceto quando o tema é a Floresta Amazônica, amplamente divulgada por sua riqueza e importância para o planeta. Mesmo no Brasil, é frequente referir-se ao Norte como se também contemplasse o Nordeste do país; e, ainda, como se todos os estados que a compõem tivessem as mesmas características físicas, sociais, culturais e demográficas. Isso não procede em nenhum dos estados. Na parte mais setentrional, onde se situa Boa Vista, capital de Roraima, há uma heterogeneidade de proveniências, costumes, falares e anseios que resultaram da formação do Estado.

Semelhante ao que aconteceu em todo o país, inicialmente, Roraima era habitado somente por índios de diversas etnias. Porém, no processo de sua construção, o Estado tornou-se, marcadamente, pluriétnico e multicultural. São indígenas de diversos troncos linguísticos, como macuxi, taurepang, ingarikó, waimiri/atroari, waiwai, patamona, ye'kuna, Wapixana e ianomâmi que se misturaram a não índios, vindos de todos os lugares do Brasil, da República Bolivariana da Venezuela e da República Cooperativa da Guiana.

Essa diversidade étnica gerou, fundamentalmente, uma diversidade cultural que não pôde ser ignorada. Ao se juntarem em espaço tão restrito, – no início, eram somente dois (2) municípios, um deles a capital do ex-Território Federal, Boa Vista, e o outro, Caracaraí –, a troca ou o intercâmbio entre essas diversidades foi inevitável. As diferenças tornaram-se visíveis, ora se preservando ou coexistindo, ora se mesclando. Estudos sobre migração e relações interétnicas, no Estado, (FREITAS, 2009; OLIVEIRA, 2003; RODRIGUES, 1996; VALE, 2007; SANTOS, 2010) asseguram

\*

que, neste cenário, um grupo, pelo crescente populacional migratório, destacou-se. Trata-se do contingente formado por maranhenses que, por contingências sociais em sua região de origem e em decorrência da atividade garimpeira e dos assentamentos dirigidos pelo INCRA, foram atraídos para o extremo Norte do Brasil.

O contingente populacional muito significativo mostrou-se de forma preponderante na maneira de falar. Expressões como “Tu é do Maranhão?” ou “Só pode ser maranhense!”, tornaram-se comuns, empregadas em Roraima, notadamente a partir de meados da década de 1980. Na maioria das vezes, para criticar uma pessoa, por algum comportamento distinto, como empregar uma modalidade “destoante” da língua portuguesa falada padrão. Não significa, no entanto, que os falantes roraimenses sejam usuários exigentes e/ou atendam tão somente à variante culta da língua portuguesa. Mas, o vocabulário daquele migrante e a entonação diferenciaram-se do que, em Boa Vista e nos demais estados do Norte, era convencional. Foi o suficiente para segregar esse grupo que trazia, em si, outros elementos diferenciadores. Tal estigma permaneceu nas décadas seguintes.

Semprini (1999, p. 41), ao tratar da estruturação do espaço americano, afirma que “as modalidades e o ritmo de integração são tradicionalmente estabelecidos “de cima para baixo” por uma elite monocultural “iluminada””. Se a analogia se aplica, a corrente migratória que se intensificou nas décadas seguintes, em Roraima, confirma o que o autor chamou de saber explorar as possibilidades oferecidas pelas instituições liberais e por um sistema político democrático. Logo, as diferenças que a presença do migrante causou e as perdas que se sucederam parecem explicar a manutenção da linguagem, como uma reivindicação identitária, ainda que de forma adversa ou não compreendida em um primeiro momento.

A observação que a experiência profissional em sala de aula proporcionou e o olhar atento para tais fatos permitem-me afirmar que, em relação aos maranhenses, o tom dos comentários sobre o jeito de falar desse grupo aparece em manifestações distintas: xingamento, agressão, comparação ou piada. Isso a ponto de, às vezes, o migrante negar a naturalidade ou buscar atenuante para justificar a forma de se expressar. Por outro lado, quando esse falante pertence a um grupo socialmente privilegiado há uma variante para o tom do comentário: “Nem parece que você é maranhense”. Em ambos os casos suscitam elementos importantes para uma análise.

A diferença na linguagem evidencia-se, geralmente, quando uma pessoa usa um vocábulo ou construção diferente daquilo que foi convencionalizado no uso corrente da língua; seja por desvios da norma vigente – comumente produzidos na fala –, seja por razões históricas, ou por variações, linguisticamente, diferentes dos referidos

falantes. A primeira frase citada, no início desse texto, para identificar o falante do Maranhão, contraria a norma padrão da língua, quanto à flexão verbal. Isso quer dizer que não é a cobrança por regras gramaticais o motivo da crítica. Normalmente, esse desvio de concordância é comum, no país, em se tratando de língua informal, na competência pragmático-discursiva (AZEREDO, 2002). Parece haver, implicitamente, outras razões.

Em relação à segunda frase, o comentário é mais contundente. Empregado em situações fora do convencional, não tem valor positivo. Dizer que alguém só pode ser maranhense, em Boa Vista, é uma clara insinuação de que ela “contrariou” alguma norma esperada para compreender algo ou que já é previsível não entender, porque a linguagem a ser empregada comumente deve ser outra. Parecem tais marcas identificarem as pessoas pela origem ou procedência ou, ainda, tornarem-se características marcantes a ponto de se sobrepor a outros aspectos. Na capital de Roraima, é muito frequente observar, em diversos contextos, posturas e situações que justificam tal afirmação.

Mas, o intrigante é ser, exatamente, esse traço tão diferenciador a ponto de marcar as pessoas, ora de forma constrangedora, ora de maneira que as identifique em situações tão díspares. Se o estado teve – em sua formação – a contribuição de índios e de brasileiros provindos de regiões muito distintas, culturalmente, como querer uma uniformidade? E, ainda, até que ponto essa multiplicidade de informações encontra-se ou se choca? Quem assimilou o quê? Qual a forma padrão estabelecida? Quais as possíveis consequências em desobedecer à norma? Seria apenas preconceito linguístico? Ou, o fato de a maior população de migrantes no Estado de Roraima ser de maranhenses responsabiliza-os, também, pelas influências que disso resultam? São questionamentos que requerem uma investigação.

### *Por que uma investigação dessa ordem?*

A importância de uma pesquisa, no campo das Ciências Sociais reside na oportunidade de investigar até que ponto a variante linguística empregada pelo maranhense, especialmente aquele que se instalou no bairro Santa Luzia, na capital Boa Vista, é uma possibilidade heurística aberta para o traço identitário desse ator no contexto de suas relações sociais, na sociedade roraimense. Como isso é revelado pela forma de falar e pelas expressões linguísticas, acionadas como separadores de classes sociais e grupos étnicos.

Para justificar o universo da pesquisa que se propõe demarcar, buscou-se um fato incontestável: o processo migratório. Até por que “Tomou água do Rio Branco

não vai embora” ou, “Se for, volta”. Tais chavões são comuns por aqui e denotam o crescimento populacional com as contribuições que a migração justifica, proporciona e instiga quanto à necessidade de se referenciar a diferença. É importante investigar, no Brasil, as diferentes razões que levam as pessoas deslocarem-se de seus lugares de origem. A literatura, a música, as artes, a ciência e toda forma de registro, sempre reservaram um lugar para esse fato.

No início da década de 1980, a população de Roraima inflou, conforme o recenseamento extraordinário do IBGE (1991). De 40.885 habitantes, naquela época, para 217.583. Destes, 27,39% provindos do Maranhão<sup>1</sup>. Com presença tão significativa no Estado, esse migrante tornou-se protagonista, em diversos segmentos, e alcançou notoriedade que lhe renderam um comprometimento. O inchaço populacional chegou ao extremo Norte, e de dois (2) municípios, Roraima, com a Constituição de 1988, ganhou o status de Estado e, hoje, a população de 451 227 habitantes está distribuída em quinze (15) municípios. Destes, dois predominantemente povoados por maranhenses: Alto Alegre e São Luiz (IBGE, 2009).

Roraima mudou, e o tímido Território Federal deu lugar a mais uma unidade da federação brasileira. Com a mudança, vieram também os problemas ou desafios. Além da adaptação à nova estrutura política e questões socioeconômicas, os protagonistas destacaram-se pela sua procedência e contribuições. Eles vieram de lugares distintos e, consigo, trouxeram uma carga cultural que, naturalmente, seria assimilada, socializada. Ou não.

Neste contexto, os maranhenses assumiram um papel de destaque nos grupos migratórios. Em princípio, por ser a maior população, conforme o IBGE; depois, pelo jeito de falar, no que tange ao vocabulário linguístico ou campo lexical. E a primeira barreira se estabelece: Preconceito, e/ou intolerância? Talvez, pudesse se afirmar que, no início da migração, os dois podiam ser identificados. Para Leite (2008:20), preconceito é a ideia, a opinião ou o sentimento que pode conduzir à intolerância. Os dois traços evidenciaram-se: comumente os noticiários locais registram discussões, brigas que – em alguns casos – culminaram com mortes, em razão de piadas, chacotas ou ofensas outras, cujo teor tinha como objetivo ridicularizar o maranhense ou alguém a ele assemelhado.

Ainda sobre a formação de Roraima, nos anos 80, segundo Freitas (2009), o Estado tornou-se um eldorado brasileiro para migrantes de várias regiões do Brasil e, ainda, dos países circunvizinhos. Os que vinham eram atraídos pelos garimpos de ouro e diamantes, – fechados em 1989, pelo governo federal. Depois, pelas possibi-

---

1 FREITAS, Aimberê. História e Geografia de Roraima (2009).

dades anunciadas por programas políticos de assistência do Estado, que o divulgavam como “Terra de oportunidades”.

A região do Brasil que mais se deixou atrair foi a Nordeste, especialmente a população dos estados do Maranhão, Ceará, Paraíba. Em Roraima, há comunidades e/ou municípios fundados e, até pouco tempo, com população predominantemente dessas unidades da federação, segundo o censo do IBGE (1991). Mas também, migrantes da região Sul do país deslocaram-se e, aqui, estabeleceram-se. Com todos eles, vieram costumes, exigências e a linguagem, naturalmente. Afinal de contas, é ela que orienta para a percepção das coisas e das relações entre estas e as pessoas (AZEREDO, 2002).

Para esse autor, “uma língua é um sistema abstrato reconhecível nos muitos usos, orais e escritos, que seus falantes fazem dela” (2002:30). Daí, talvez, resultaria o que Semprini (1999: 93) denominou de nó górdio, quando definiu multiculturalismo. Ao tratar da igualdade versus diferença, afirma que a primeira desconsidera as especificidades étnicas, históricas e identitárias, uma espécie de síntese dessa última. Autores vários (FREITAS, 2008; JANNUZZI, 1993; REZENDE, 2012) já se dedicaram a analisar esse tema, abordando os diferentes aspectos que implicam a migração.

A capital de Roraima, Boa Vista, segundo dados do IBGE, localiza-se a centro leste do Estado, na mesorregião Norte e microrregião Boa Vista, situada nas coordenadas geográficas 60°40’24” de longitude Oeste e 02°49’11” de latitude Norte, com uma altitude de 85 metros em relação ao nível do mar, limitando-se ao norte com o município de Amajari; ao sul com o município de Mucajaí e Cantá; a leste com Normandia e Bonfim e a oeste com Alto Alegre (SEPLAN/CGPTERR-2010)<sup>2</sup>.

Pelos dados dessa instituição, a capital de Roraima é composta de 53 bairros, a saber: Aeroporto, Alvorada, Araceli Souto Maior, Asa Branca, Bela Vista, Bunitis, Caçari, Caimbé, Calungá, Cambará, Canarinho, Caranã, Cauamé, Centenário, Centro, Cidade Satélite, Cinco de Outubro, Cinturão Verde, Conjunto Cidadão, Distrito Industrial Governador Aquilino Mota Duarte, Bairro Dos Estados, Doutor Silvio Botelho, Doutor Silvio Leite, Equatorial, Jardim Caranã, Jardim Floresta, Jardim Primavera, Jardim Tropical, Jôquei Clube, Liberdade, Marechal Rondon, Mecejana, Nossa Senhora Aparecida, Nova Canaã, Nova Cidade, Olímpico, Operário, Paraviana, Pintolândia, Piscicultura, Pricumã, Raiar do Sol, Santa Luzia, Santa Tereza, São Bento, São Francisco, São Pedro, São Vicente, Senador Hélio Campos, Tancredo Neves, Treze de Setembro, Trinta e Um de Março e União.

---

2 Secretaria de Estado do planejamento e Desenvolvimento/ Coordenadoria Geral de Estudos Econômicos e Sociais/ Informações Socioeconômicas do Município de Boa Vista- 2010.

À época da expansão do plano diretor da cidade, os migrantes estabeleceram-se nos mais diferentes pontos da cidade, conforme a condição socioeconômica. Um bairro da periferia, Santa Luzia, iniciado como Pintolândia III – em homenagem ao governante que promoveu o processo migratório no Estado, na década de 1980 –, destacou-se pela predominância de maranhenses de uma mesma localidade. Sabe-se que o nome do distrito está diretamente relacionado ao lugar de procedência da maioria de seus moradores, uma cidadezinha do interior do Maranhão<sup>3</sup>. É nesse distrito que se pretende buscar informações, tornando-o universo desta pesquisa.

### *Uma visão geral da História da Amazônia*

O contexto da ocupação na região amazônica é, notadamente, marcado por exploração dos recursos econômicos no Brasil. Iniciou-se com o ciclo da borracha, no século XIX, e, a partir disso, a política desenvolvimentista do governo federal intensificou a migração para essa região. Daí, surgiram as demandas sociais, a exemplo da necessidade de estradas como vias de acesso, urbanização, assistência médica, educação, habitação, entre outros, que, por não serem plenamente atendidas, passaram a gerar outra sorte de problemas.

Segundo Ianni (1979), em estudos denominados *A “Fronteira” do Capitalismo na Amazônia*, o desenvolvimento na região, nos anos de 1964 a 1978, a partir da expansão do extrativismo, agropecuária e mineração, caracteriza-se, também, como a época da política de demarcação e titulação de terras devolutas, tribais e ocupadas, bem como da colonização dirigida. Para esse autor, o que ocorreu nessa região foi um desenvolvimento extensivo do capitalismo. Argumenta, ainda, que não há dúvidas de que foi o extrativismo, inicialmente, o setor econômico que motivou o desenvolvimento da região e do país, fato confirmado com o apogeu do ciclo da borracha.

Só a partir do momento em que iniciativas governamentais foram adotadas, com a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1953, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), do Banco da Amazônia S.A (BASA), ambos em 1966, e da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), em 1967, que se dinamizou e diversificou-se o setor produtivo, promovendo a transformação da região.

A criação do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) firmou a política econômica estatal para a região, ao mesmo tempo em que solidificou a força e a aliança entre Estado e empresa privada, nacio-

---

3      Jornal Folha de Boa Vista on line, 23/01/2001 – [www.folhabv.com.br](http://www.folhabv.com.br) - Acesso em 02/07/2012.

nal e estrangeira. Mas, Ianni (1979b) critica a política de desenvolvimento capitalista extensivo dessa época, a qual ignora a presença dos vários grupos indígenas e não lhes garante direitos.

Para esse autor, *a expropriação da terra, da força de trabalho, da cultura ou da própria vida do índio tem sido facilitada pela ideologia racial dos beneficiários diretos e indiretos do desenvolvimento extensivo do capitalismo na Amazônia* (p.203). A tal situação deve-se a aculturação agressiva, o descaso das organizações responsáveis pela defesa dos direitos indígenas, a exemplo da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), e a guerra da sociedade brasileira contra o índio, marcada pela expropriação da terra e da cultura.

Para essa situação, ainda, não se pode afirmar que, atualmente, haja mudanças no cenário. São comuns os casos de desrespeito divulgados pela mídia. Em Roraima, mesmo com a demarcação das terras indígenas e, talvez, até pela forma como isso se deu, os conflitos são constantes e a aceitação do índio na sociedade é controversa. Com a exploração mineral em terras indígenas e o processo migratório, a população de índios diminuiu. De aproximadamente vinte etnias no território de Roraima, no século XVIII, para 25.000 pessoas no final do século XX, além do desaparecimento de muitos grupos étnicos (NEVES, 2010). Certamente, políticas públicas de assistência ao índio e um compromisso maior das instituições de defesa e amparo a esse grupo étnico precisam ser fomentadas e, de fato, funcionarem.

### *O contexto amplo da migração e suas decorrências*

Pensar os espaços que se organizam conforme os processos migratórios tem um significado mais abrangente, quando se analisa a partir do conceito de Martins (1997) sobre fronteira. Para ele, *a fronteira, como frente de expansão da sociedade nacional sobre territórios ocupados por indígenas, é um cenário altamente conflitivo de humanidades que não forjam no seu encontro o Homem e o humano* (p. 11). Ao situar as posições “do lado de cá” e “do outro lado”, o autor confronta o comportamento antagônico dos chamados civilizados, cujo ambiente é marcado pela intolerância, ambição e morte, mas também pela concepção de esperança na busca do novo. Em contrapartida, a fronteira torna-se limite de território para os grupos étnicos e as concepções de espaço e do homem. É desse ponto de vista que se quer analisar e discutir o processo migratório, quando os elementos envolvidos dizem respeito àqueles que buscam condições de vida diferentes e a eles se impõe uma fronteira.

Martins (1997b) destaca a fronteira como lugar privilegiado de observação sociológica e do conhecimento sobre os conflitos e dificuldades próprios da constituição do humano, naquilo que esse autor denomina como encontro de sociedades

que vivem no seu limite e no limiar da História. Se se personificar o migrante do Maranhão e o indígena, nesta teoria, segundo a visão de que é na fronteira que se pode observar melhor como as sociedades se formam, se desorganizam ou se reproduzem, teríamos como constituir a figura central e sociologicamente reveladora, proposta pelo autor: a de vítimas e não de pioneiros.

As condições sociais em que vivem esses atores, o acesso a bens, a qualificação para o trabalho, além de outros direitos, lhes são negligenciados. Assim acabam por caracterizar uma situação de conflito social. O autor em estudo analisa, nesse conflito, a fronteira como lugar essencialmente de alteridade. Segundo ele, há uma realidade singular e, à primeira vista, torna-se “*o lugar de encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro*” (p.150). Talvez, isso se aplique, também, àqueles que, por diversas razões, deixam seus lugares de origem e aventuram-se em outras terras, tendo como opositores as divergentes situações com que se deparam para se estabelecer.

#### *As relações de espaço no contexto migratório em Boa Vista*

O ponto de partida para essa análise é a possibilidade de vislumbrar o espaço urbano e as classes que nele se estabelecem. Para isso, buscou-se a fundamentação conforme Scalon (2007). Embasada em Bourdieu, ela afirma a necessidade de estabelecer uma relação lógica entre o espaço das relações e o geográfico. Destaca, também, do ponto de vista sociológico, a necessidade de se estabelecer conexão entre as redes de relações e chances no mercado de trabalho. Assim se estabelece o vínculo entre classe social e formas de sociabilidade, cujo elemento principal é o espaço que compõe as redes, organiza e localiza os grupos sociais.

É nesse contexto que se quer buscar explicações de como o Estado de Roraima passou (e passa) por processos reprodutivos do seu espaço. Buscou-se em Vale (2007) informações precisas, posto que a pesquisadora debruçou-se sobre um estudo em sua tese intitulada *Migração e Territorialização – As Dimensões Territoriais dos Nordestinos em Boa Vista-RR*. Ali, apresenta uma configuração de espaço que, segundo ela, é *produzido* pelos *interesses capitalistas, resultado da intervenção estatal em busca da legitimação de grupos, controlando lugares, a hierarquia das partes, a segregação das partes, segregação e homogeneidade, garantindo a promoção dos interesses* (p.103). Tal posicionamento fundamenta-se em estudos que apontam para essa direção, a exemplo de Martins (1997c).

Houve, sem dúvida, uma transformação do espaço urbano de Boa Vista motivada pela evolução do próprio estado. Até quase final dos anos de 1980, todo o poder

e os recursos eram centrados na capital, disponibilizados pela União. Hoje, a cidade dispõe de infraestrutura básica que favorece um processo de setores econômicos e funciona como centro de apoio receptivo. A proximidade com as cidades de fronteira da República Bolivariana da Venezuela e da República Cooperativa da Guiana, bem como a reorganização do espaço com a criação dos municípios, a partir da Constituição de 1988, quando adquiriu o status de estado da federação, garantiu-lhe uma densidade demográfica significativa, de 3,43 hab./km<sup>2</sup> para 26,95 hab./km<sup>2</sup>, conforme dados da tese acima citada.

No entanto, daquela Boa Vista dos idos de 1980 pouco restou. A cidade assim como todo o Estado sofreram os efeitos das políticas estadual e federal, para as quais o objetivo maior era incentivar a economia, através da exploração mineral e da agropecuária. A demarcação das terras indígenas boicotou esse propósito e propiciou a acentuação dos estados de fronteira, para retomar os conceitos de Martins (1997 d). Não houve estrutura para as demandas sociais que se depreenderam do processo de migração.

Os dados não são animadores quando se trata da organização urbana, haja vista a miséria que se acentua, quando há pessoas instaladas nas zonas de periferia sem condições necessárias para vida digna. “Os ‘bolsões de miséria’ que, segundo Oliveira (2003, p.182, in: NEVES, 2010), se instalaram nos arredores da cidade aumentam e acumulam a situação de miséria. Os percentuais mostram rendimentos insuficientes para a maior parte da população e a restrição dos ganhos para alguns privilegiados. Certamente, o acesso a bens e a consequência dos problemas que se levantam são proporcionais a cada um dos referidos grupos. Destacam-se, nesse triste contexto, pessoas oriundas da população indígena que se estabeleceram na cidade e os migrantes do Nordeste, em especial, os maranhenses.

Dados demonstram uma expansão significativa da periferia na capital Boa Vista. Conforme estudos por Neves (2010), *os indicadores sociais de pobreza atingem mais de 50% da população*. O autor põe em xeque a perífrase de cidade planejada, haja vista não levar em conta dado tão alarmante, ao mesmo tempo em que a representação de cidade organizada confere segurança, pertencimento, e, conseqüentemente, valor positivo à identidade local, ainda que se contraponha a questões negativas de ordem política e administrativa. Indubitavelmente, há em Boa Vista, como em todo o estado de Roraima, uma desigualdade das condições materiais e das representações resultantes de seu processo histórico de formação. Isso parece que ainda vai se repetir por muito tempo, posto que a mobilidade torna-se decorrente da atrativa força de trabalho ainda muito necessitada de mão-de-obra qualificada em vários setores.

## *A relevância da linguagem para a interação social*

O diálogo que se quer estabelecer, nesse texto, consiste na intenção de buscar uma compreensão de sociedade, uma rede de relações conforme Cohn (1993b), a partir da teoria da ação de Habermas (1975) e da ação social em Weber (2002b). A forma intrincada como essa entidade se constitui, segundo esse autor, e como se impõe a seus integrantes é pela ação social, princípio weberiano. Mas, quando esta *diz respeito ao intercâmbio entre os atores sociais que se dá mediante a linguagem*, passa-se ao campo da ação comunicativa, objeto em que se centram os estudos habermasianos. Nesse caso, é afirmada a supremacia do processo comunicativo sobre a circunstância em que os participantes desse processo estejam. Segundo Cohn, isso diverge na teoria marxista que prioriza processos mais abrangentes.

A partir desse suporte teórico, pode-se compreender que a forma de falar do migrante maranhense em Roraima é um traço peculiar e distintivo desse grupo populacional, o qual pode – pela variante linguística empregada – ser reconhecido, respeitado, mas também discriminado. Tal dedução resultou da reflexão advinda do seguinte questionamento: (...) *de que modo a ação comunicativa responde à exigência intrínseca à modernidade, de expansão da racionalidade por todos os domínios da vida social?* (in: COHN, 1993, p.65)

Ora, as comunicações estabelecidas entre os sujeitos, mediadas por atos de fala, dizem respeito sempre a três mundos: o mundo objetivo das coisas, o mundo social das normas e instituições e o mundo subjetivo das vivências e dos sentimentos. As relações com esses três mundos estão presentes, embora não na mesma medida, em todas as interações sociais.

Numa hierarquia, primeiro as pessoas coordenam as ações quando interagem. Do conhecimento partilhado sobre o mundo objetivo dependerá o (in)sucesso de ações conjuntas, mas com punição caso violem as normas. Em segundo lugar, as pessoas vão interagir conforme as normas sociais existentes ou produzidas durante a interação. Constroem-se, assim, expectativas para a reciprocidade do comportamento, com o conhecimento dos participantes. Nesse caso, a avaliação não será pelo êxito, mas pelo reconhecimento intersubjetivo e pelo consenso de valor. A violação será punida. Por fim, as interações pessoais revelam vivência, intenções, necessidades, temores, dentre outros, suficientes para revelar a interioridade, de onde se podem tecer conclusões. Dessa forma, compreende-se que a forma de falar do migrante maranhense, por suas características peculiares, pode diferenciá-lo.

Conforme Habermas, o modelo ideal de ação comunicativa é aquele através do qual as pessoas interagem e, através da utilização da linguagem, organizam-se socialmente, buscando o consenso de uma forma livre de toda a coação externa e interna. Vinculado a esse modelo, o autor apresenta a situação linguística ideal: o discurso.

A etimologia do termo *discurso* “*Diskurs*” diz respeito a uma das formas da comunicação ou da “fala” (Rede), cujo objetivo é fundamentar as pretensões de validade das opiniões e normas em que se baseia implicitamente a outra forma de comunicação ou “fala”, que chama de “*agir comunicativo*” ou “*interação*”. Teórico ou prático, conforme se refira a pretensões de validade de opiniões ou de normas sociais, o discurso para Habermas possui um aspecto *intersubjetivo*, que serve para classificá-lo como uma espécie do gênero “*comunicação*”, e um sentido *lógico-argumentativo*, que serve para determiná-lo como caso específico da fundamentação de pretensões de validade problematizadas.

Assim, o processo de comunicação que visa ao entendimento mútuo está na base de toda a interação, pois somente uma argumentação em forma de discurso permite o acordo de indivíduos quanto à validade das proposições ou à legitimidade das normas. Por outro lado, o discurso pressupõe a interação, isto é, a participação de atores que se comunicam livremente e em situação de simetria.

Habermas debate com o pensamento de Weber e outros que não fizeram parte do movimento da tradição crítica. Da teoria weberiana, tem-se a concepção de racionalidade e de ação social, as quais são base de análise das sociedades ocidentais em vários aspectos. Por outro lado, a teoria da ação comunicativa habermasiana favorece a reflexão filosófica sobre a própria educação e constituintes marcantes definidores das referências em processos de aprendizagem e sociabilidade como o conhecimento, a comunicação, a linguagem, a emancipação, a liberdade, e em destaque, aspectos éticos como o *diálogo*.

A perspectiva linguística da filosofia de Habermas, por não se centrar unicamente na semântica da linguagem, na análise formal das frases, na sintática, na semiótica das relações entre os signos, envolta na unidade de linguagem - a proposição-, mas por se completar com a dimensão *pragmática* – que é a proposição inserida num ato de fala – favorece, então, um estudo, no qual se pode pensar o traço identitário do migrante maranhense e analisá-lo sob essa ótica, a fim de se compreender a relação entre falantes e ouvintes a partir da intersubjetividade.

## *Considerações Finais*

O propósito é que esse trabalho some-se a estudos com o mesmo intuito, ou que suscite outros que sistematizem dados e informações favoráveis à compreensão das consequências do processo migratório e, disto, para o enriquecimento sociocultural do Estado de Roraima. Afinal, investigar “O que faz o Brasil Brasil?” – como questiona DaMatta (2001), sobre a nossa identidade – é um desejo que já moveu muitos desbravadores, segundo a história da formação do Brasil. Coadunar esse anseio com a racionalidade da pesquisa, tendo como fio condutor o traço identitário marcado pela linguagem, a fim de entender a migração como agente do processo que redimensiona o território, com mudanças noutras dimensões, principalmente, quando há atuação explícita e direta do Estado. Porque isso gera consequências outras e favorece análises do ponto de vista histórico-cultural, mas também do econômico, relacionados a aspectos macrosociais.

## *Referências Bibliográficas*

- AZEREDO, José Carlos de. *Fundamentos de Gramática do Português*. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2002.
- COHN, Gabriel. A teoria da ação em Habermas. In: CARVALHO, Maria do Carmo B. (org.) *Teorias da ação em debate*. SP: Cortez/FAPESP, 1993.
- DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco Ed., 2001.
- FREITAS, Aimberê. *Geografia e História de Roraima*. 7.ed. Boa Vista-RR: IAF Ed, 2009.
- FREITAS, Lúcia Gonçalves de Freitas. *Discurso e Identidade em Narrativas de Migrantes*. Tese de Doutorado submetida ao Departamento de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Federal de Brasília-UnB, Brasília-DF, 2008.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoria tradicional e teoria crítica*. São Paulo: Abril Cultura, Coleção Os Pensadores, Vol. 48. 1975.
- IANNI, Octavio. *Ditadura e Agricultura; o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978*. Rio de Janeiro: *Civilização Brasileira*, 1979. [Cap. III, IX, X, XI, p. 55-73; 199-249].
- JANUZZI, Paulo de Martino. *A mobilidade social dos migrantes no contexto da crise e instabilidade dos anos em São Paulo*. Tese de Doutorado em Demografia no IFCH/UNICAMP, Campinas-SP, 1998.
- LEITE, Marli Quadros. *Preconceito e intolerância na linguagem*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997. [Sumário, Introd., Cap. 2 e Cap. 4, p. 1-24; 79-112; 145-203].
- NEVES, Leandro Roberto. *Cidade Planejada versus Cidade Corrompida : aspectos da desigualdade e da*

vida urbana. In : MÉLO, José Luiz Bica de. & LOPES, José Rogério. Desigualdades sociais na América Latina : outros olhares, outras possibilidades. São Leopoldo-RS : Oikos, 2010.p.81-97.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. A herança dos descaminhos na formação do Estado de Roraima. Tese de Doutorado submetida ao Departamento de História, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas, da Universidade de São Paulo-USP. São Paulo, 2003.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. Garimpendo a Sociedade Roraimense: uma análise da conjuntura sociopolítica. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará-UFPA, Belém-PA, 1996.

RORAIMA. Secretaria de Estado do Planejamento e desenvolvimento. Informações Socioeconômicas do município de Boa Vista-RR 2010. Disponível em [www.seplan.rr.gov.br/roraimaemnumeros/municipio/Boa\\_Vista](http://www.seplan.rr.gov.br/roraimaemnumeros/municipio/Boa_Vista). Acesso em 30.06.2012

SANTOS, Adair J. Roraima – História Geral. Boa Vista-RR: Ed. UFRR, 2010.

SEMPRINI, Andrea. Trad. Laureano Pelegrin. Multiculturalismo. Bauru-SP: EDUSC, 1999.

SCALON, Celi, OLIVEIRA, Maria Aparecida. Desigualdades de Classe e Desigualdades Espaciais. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia 29 de maio a 1 de junho de 2007, UFPE, Recife (PE) - Grupo de Trabalho 11.

VALE, Ana Lia Farias. Migração e territorialização: as dimensões territoriais dos nordestinos em Boa Vista-RR. Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista- Unesp, do campus Presidente Prudente. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Área de Desenvolvimento Regional. Presidente Prudente - SP, 2007.

WEBER, Max. Ensaio de Sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, [2002].

